

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E INFORMACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOB A ÓTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Claudialyne da Silva Araújo
Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI-UFPB
claudialynearaujo@gmail.com

Resumo

A informação está associada ao fator de mudança nas estruturas mais profundas da sociedade, tal constatação levou alguns países a formular diretrizes para minimizar seu impacto na sociedade, assim como acompanhar sua inserção, sendo necessário um estudo acerca do fenômeno informacional. Tais mudanças provocaram o aumento do abismo de inclusão/exclusão informacional, que afasta cada vez mais as pessoas com deficiência do acesso contínuo à informação e ao conhecimento, além de isentá-las da oportunidade de participar de um ambiente de aprendizado, que gera um processo de conhecimento e que os faz sentirem-se incluídos como cidadãos partícipes socialmente. O artigo tem como metodologia uma revisão bibliográfica que se propõe a expor a problemática do processo de inclusão/exclusão social das pessoas com deficiência, com relação às políticas sociais e à informação, sob o olhar da responsabilidade social. Para tanto, o referido estudo destaca o acesso e o uso da informação como garantia dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando sua legitimidade como partícipes sociais. Como conclusão, destaca-se que a sociedade precisa repensar seu olhar para as pessoas com deficiência, considerando a igualdade de direitos, encarando a diversidade como uma forma de aprendizagem contínua, e que esta deve primar pela qualidade de vida de todos.

Palavras-chave: Acesso e uso da informação. Ciência da Informação. Inclusão e exclusão social. Pessoas com deficiência. Sociedade da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que a informação tornou-se um bem valorativo, um fator de produtividade e um exercício econômico importante na construção de uma nação rica em conhecimento, cujo processo de seleção, aquisição, armazenamento disseminação, acesso e uso da informação e gestão da informação tornaram-se central. Nesta perspectiva, a informação está associada ao fator de mudança nas estruturas sociais. Tal constatação levou alguns países a formular diretrizes para minimizar o impacto que trariam para a sociedade, assim como acompanhar sua inserção na sociedade, sendo necessário estudos acerca do fenômeno informacional.

As investigações para implantação da sociedade da informação no Brasil iniciaram-se em 1996 intermediados pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (ANDRADE; RODRIGUES; SIMÃO, 2003). O livro verde, de acordo com Andrade, Rodrigues e Simão (2003, p. 93) definiu o que

seria a função do programa sociedade da informação:

Integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia tenha condições de competir no mercado global.

Desta forma, a sociedade da informação caracteriza-se pela maior oportunidade de acesso e tecnologias à informação aos vários segmentos sociais. Para Barreto (2002, p. 69), esta sociedade apresenta-se como “[...] um espaço em que se torna universal o acesso aos conteúdos de informação dos estoques de documentos, para todos os habitantes de uma realidade”. Assim, a proposta do Programa é disponibilizar informação e tecnologias, de forma universal e justa, delegando à informação característica de mercadoria.

Atualmente, fala-se em sociedade da informação e do conhecimento ou mesmo sociedade da aprendizagem ou sociedade em

rede. Nestas, o conhecimento ganha notoriedade e os indivíduos almejam participar ativamente do processo permanente de acesso e compartilhamento de conhecimento, através de um ciclo de aprender a aprender.

Por outro lado, mesmo com a sociedade focada na informação, no conhecimento e na aprendizagem, ainda existe uma realidade social que dificulta que todos estejam incluídos nesta realidade, propiciando obstáculos para que os cidadãos exerçam a verdadeira cidadania através da participação de uma prática social responsável, integrando-se a um processo de desenvolvimento solidário (BRANDÃO et al., 2005). Este *gap* tem sido discutido no cenário político e econômico com ênfase na questão da inclusão e da responsabilidade social, mediante ações que oportunizem que um maior número de sujeito integre este cenário.

A exclusão social e informacional afasta o indivíduo do acesso contínuo à informação e ao conhecimento, e o isola da oportunidade de participar de um ambiente de aprendizado que gera um processo de conhecimento (GASQUE, 2012), pois ainda existem barreiras a serem ultrapassadas que dificultam a inclusão em um ambiente de conhecimentos.

A ciência da informação, neste contexto, surge como um “campo definido pelos problemas que são propostos [...]” (SERACEVIC, 1996, p. 41) e tem como um dos objetos o papel social da informação na sociedade. Ganha foco aspectos sociais, cujo compartilhamento de conhecimento para aqueles que dele necessita constitui uma responsabilidade social. A ciência da informação assume, por meio desta, ações inclusivas e de cidadania. Desta forma, a responsabilidade social e a gestão de políticas de informação possibilitam estudos que focam questões sociais e contribuam para uma sociedade mais solidária e justa informacionalmente.

A temática responsabilidade social tem se tornado assunto cada vez mais presente em empresas, governos e instituições não governamentais, pois de acordo com Silva (2009, p. 46) a mesma constitui o “conjunto de atitudes assumidas por agentes sociais estreitamente vinculados à ciência do dever humano (ético) e voltados para o desenvolvimento sustentado da sociedade”.

Isto posto, assegura-se que uma das preocupações das organizações com responsabilidade social é conhecer como está a acessibilidade, o compartilhamento de informação e os conhecimentos na sociedade, enquanto valor social e informacional que afetará diretamente a inclusão dos cidadãos na sociedade da informação e do conhecimento.

Seguindo a linha traçada pela ciência da informação, dando destaque à questão da acessibilidade informacional, este artigo se propõe a apresentar um estudo bibliográfico acerca da exclusão/inclusão das políticas de exclusão social e informacional sob a ótica da responsabilidade social das pessoas com deficiência, que vivenciam em sua rotina diária a dificuldade em estar incluído em ambientes educacionais, tecnológicos, bem como no mercado de trabalho e na própria sociedade.

Neste contexto, o presente artigo se configura em uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico, na qual se elaborou um levantamento de textos com abordagem teórica solidificada nas teorias da exclusão e responsabilidade social, sob a égide da Ciência da Informação, enquanto área que tem como objeto de estudo a informação e seus mais variados efeitos nos contextos em que atua, sendo capaz de transformar culturalmente e cognitivamente a sociedade.

2 A QUESTÃO DA INCLUSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Um dos problemas gerados pela “explosão informacional” da sociedade da informação foi o fato de criar o abismo tecnológico e informacional entre os agentes sociais envolvidos neste processo. Essa grande distância ocasionou a não promoção dos fluxos informacionais em todos os planos, gerando a exclusão informacional.

Como ressalta Martins (1997, p. 15), “existem várias formas de exclusão que podem ser limitadas segundo as situações que são apresentadas [...] que são apresentadas conforme as circunstâncias”. Assim, fica evidente que ser excluído socialmente não é uma condição permanente, mas configura-se como momentos em que existem e potencializam a condição do excluído. Tal condição é constante para as pessoas com deficiência, por precisarem enfrentar várias

situações que as expõem diante suas limitações.

Um segmento da sociedade que se encontra excluído do acesso a informações são as pessoas com deficiência mental e múltipla. Estas não devem ser vistas como pessoas incapacitadas, mas como cidadãos dotados de limitações em desenvolver algum tipo de atividade (FÁVERO, 2004). Tais restrições, muitas vezes, não são impostas por si próprias, mas pela inexistência de infraestrutura adequada para auxiliá-las nas suas devidas buscas por informação, educação e interação na sociedade.

Todavia, não deve existir barreiras para o acesso à informação e ao conhecimento, se houver políticas públicas, programas e ações de responsabilidade social implementados pelo governo, ONGs, empresas e sociedade civil.

Em âmbito mundial, alguns documentos tratam da questão da acessibilidade pelas pessoas com deficiência, como a Declaração dos Direitos Humanos 1948, Carta para o Terceiro Milênio 1999, Declaração de Madri 2002, Declaração de Quito 2003. A nível nacional, alguns documentos incluem o tema, como a Constituição Federal de 1998, a Lei n. 10.098 de 2000. Esses documentos pontuam que todos, em igualdade, possuem direito à educação, à saúde, à infraestrutura, à informação e, portanto, a estarem incluído na sociedade.

Porém, ainda assim, a exclusão informacional envolve a sociedade como um todo e, em especial, as pessoas com deficiência que, diariamente, passam por situações desafiadoras e de exclusão. Esta condição é mais uma dificuldade imposta pela sociedade da informação e do conhecimento.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), tanto o indivíduo comum quanto as pessoas com deficiência, também chamados de cidadão peculiar, são considerados cidadãos, de modo que o objetivo da Declaração é o de garantir-lhes acesso à educação e, conseqüentemente, à informação. Em seu Art.3, o referido documento enfatiza que é preciso garantir igualdade de acesso à informação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam.

O acesso e o uso da informação pelas pessoas com deficiência pode ser um dos fatores de estudo da ciência da informação,

pois esta deve ser considerada um bem social a ser compartilhado por todos, assim como saúde, educação ou infraestrutura de transportes, porém isso não ocorre na sociedade da informação e do conhecimento, uma vez que o número de excluídos ainda são maioria, vivendo à margem da sociedade. As políticas públicas podem fazer a diferença na diminuição da estatística de excluídos informacionais, pois, de acordo com Fávero (2004, p. 38), incluir significa:

[...] antes de tudo, deixar de excluir. Pressupõem que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. Assim, para deixar de excluir, a inclusão exige que o poder público e a sociedade em geral ofereçam as condições necessárias para todos. [...] e, diante da desigualdade já presente, exige que se faça uso de medidas positivas, quotas aliadas a políticas públicas, por exemplo, para sua redução.

A sociedade da informação e do conhecimento tem como um de seus objetivos o acesso e uso da informação para todos os cidadãos, e esta característica está de acordo com o 1º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotado de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade”. No entanto, ainda é necessário que haja políticas públicas que incentivem o compartilhamento do ambiente informacional pelas pessoas portadoras de deficiência. Além disso, é importante que se tenha como foco principal a viabilização da inclusão informacional nesta sociedade com ética e responsabilidade. Tais políticas envolvem desde a infra-estrutura até mesmo as atividades informacionais, que lhes são proporcionadas em determinado ambiente.

A discussão teórica será direcionada para a necessidade de inclusão social e informacional das pessoas com deficiência mental e múltipla, tendo por foco a responsabilidade social enquanto fator de inserção na sociedade.

Desse modo, o acesso à informação e ao conhecimento deve ser um direito de todos e partilhado por todos, viabilizando a inclusão das pessoas com deficiência em um ambiente rico em informações e conhecimento, preparando para serem inclusos na sociedade,

amparados pela ética e responsabilidade social.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Para melhor compreendermos o conceito de políticas de informação, conceituaremos políticas públicas enquanto parâmetros necessários para se construir caminhos para o desenvolvimento de uma nação. De acordo com Texeira (2002, p. 2), “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade do Estado”.

Deste modo, são ações que envolvem recursos públicos com o objetivo de definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem, direcionado a reduzir as distâncias sociais neste país tão cheio de desigualdades. Ainda segundo Ferreira (2006, p. 115), “Compreendem-se as políticas públicas como estratégias que, na nossa perspectiva, servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo [...]”. Nesta perspectiva, compreendemos que uma implantação de uma política pública é, conseqüentemente, uma ação de responsabilidade social, visto que provoca mudanças; é também um processo contínuo e dinâmico, estas são as principais características de ações responsabilmente sociais. O discurso que gira em torno da sociedade da informação e do conhecimento toma por foco o acesso e a democratização da informação para todos. No entanto, mesmo com a sociedade focada na informação, no conhecimento e na aprendizagem isso não ocorre como passe de mágica. A realidade econômica e social dificulta para que todos estejam incluídos na sociedade da informação; há obstáculos e barreiras para que os cidadãos exerçam a verdadeira cidadania, porquanto não é um documento, uma política ou a vontade de um gestor que transformam a sociedade; é necessário e imprescindível que se saia do mundo das intenções para o das ações.

Nestas, o conhecimento ganha notoriedade e os indivíduos almejam participar ativamente do processo permanente de acesso e compartilhamento de conhecimento, num

ciclo de aprender a aprender. Desta forma, a responsabilidade social e a gestão de políticas de informação possibilitam estudos que focalizam questões sociais e contribuam para uma sociedade mais solidária e mais justa informacionalmente.

Essas políticas têm como fundamento garantir a participação de todas as pessoas no processo democratizar os direitos sociais centrados na inclusão informacional e digital como prioridade da sociedade da informação e do conhecimento.

De acordo com Nascimento (2009, p. 51) “[...], a questão da inclusão social não é mais uma preocupação apenas local, de pequenos grupos que representam essa população excluída, passando a uma esfera global[...]”, desta forma, a preocupação com a inclusão dos excluídos passa a ser uma preocupação a nível mundial, o que demanda soluções urgentes.

Os excluídos apresentam-se por ser pessoas com deficiência em trabalho, moradia, educação entre outras (NASCIMENTO, 2009). Esses indivíduos acabam por delimitar seu espaço na sociedade por manter-se à margem do desenvolvimento social e cultural. No prisma em que a responsabilidade social passa a integrar as instituições e organizações e as faz refletir sobre sua verdadeira função, que é servir aos grupos mais vulneráveis por meio de ações e atitudes, proporcionando a comunidade uma integração e participação social na sociedade.

Em sua essência, a responsabilidade social está presente nas políticas de informação, pois ela faz parte de um conjunto de ações mobilizadas pelo governo para facilitar e promover o acesso e uso da informação. Desta forma, assim com um ciclo, o acesso e o uso da informação nos levam a enfatizar que um dos direitos garantido aos cidadãos é a educação, passando a ser um dos elementos primordiais para a evolução da sociedade.

A responsabilidade social tem papel importante, pois, de acordo com Du Mont (1991), a responsabilidade social envolve conceitos de mudança, suprimindo as necessidades humanas e estreitando as dimensões sociais relacionadas à informação. Por meio dos projetos de inclusão, o direito à educação passa a ser mais concreto, pois acessar e usar a informação faz com que o cidadão possa ampliar suas informações e conseguir produzir conhecimento. Por sua

vez, a ética e os valores morais, tomados como base das práticas mediadoras de responsabilidade social, proporcionam acesso e uso da informação e promove ações que passam a ter resultados significativos no meio onde é desenvolvido.

3.1 A INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL E INFORMACIONAL PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISCUSSÕES TEÓRICAS

Tornar algo acessível é, antes de tudo, remover barreiras que foram impostas, por algo ou alguém; este é o caso das pessoas com deficiência na sociedade. De acordo com Paula e Carvalho (2009, p.67), “entende-se por acessibilidade à capacidade de ambientes e produtos serem usados por todas as pessoas”. Este acesso universal à informação faz com que a inclusão social seja o processo pelo qual a sociedade se adapte para poder incluir as pessoas com algum tipo de deficiência.

A exclusão informacional das pessoas com deficiência é uma realidade da sociedade, pois, o que se mostra diferente tende a ser excluído ou esquecido, portanto é necessário que haja maiores esforços em mudar tal paradigma, tanto por parte da sociedade quanto pelo governo, por meio de políticas inclusivas. Assim, é necessária a realização de estudos sobre inclusão informacional das pessoas com deficiência sob a ótica da responsabilidade social para que esses cidadãos ganhem espaço e desempenhem o seu papel na sociedade, exercendo seus direitos e deveres e primando pelos pilares da sociedade da informação e do conhecimento.

A inclusão informacional das pessoas com deficiência refere-se aos critérios utilizados pela construção dos projetos e atividades que tem por foco a sua interação nos ambientes sociais valorizado pela aprendizagem cooperativa. Tornar a informação acessível significa dizer que o uso da informação é fator essencial para que um cidadão se torne um agente ativo da sociedade. Portanto, não deveria ser diferente com as pessoas com deficiência, vistos pela a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, todos são cidadãos, indistintamente.

O artigo contribui para a ciência da informação por analisar a inclusão da informação sob a ótica da responsabilidade social. Tomando por base este processo, as políticas de informação de inclusão

informacional das pessoas com deficiência, por serem desenvolvidas sob a base da responsabilidade social, tem o objetivo direto de pensar a inclusão de modo integrado, conforme ressaltam os autores, “incluir na sociedade do conhecimento com autonomia e independência” (PAULA; CARVALHO, 2009, p. 71).

Sendo assim, a Ciência da Informação tem como objeto de estudo a informação e todos os atributos que a envolve, possibilitando a gestão da informação e promovendo mudanças no conhecimento a partir do seu compartilhamento. Esta atividade apresenta-se como uma responsabilidade social que é o fundamento em si da ciência da informação (SARACEVIC, 1996).

É relevante mencionar que a ciência da informação nasce no pós-guerra em 1948, pois o fluxo de informações nesse período é intenso e foi posto à disposição da sociedade. Diante desta explosão informacional, cientista se dispuseram para organizar e controlar a intensa massa informacional, visto que ela se tornara insumo para atingir o desenvolvimento econômico.

A interdisciplinaridade da ciência da informação é uma forte característica, pois perpassa entre várias áreas do conhecimento, levantando questões informacionais e sociais que permeiam a sociedade. Sendo assim, a ciência da informação contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade, tendo em seu cerne a responsabilidade social como mediadora do processo de acessibilidade informacional.

3.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS AÇÕES DE INCLUSÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Diante desse contexto, é interessante notar que a Ciência da Informação se apoia em três paradigmas epistemológicos predominantes, que são o paradigma físico, o cognitivo e o social (SARACEVIC, 1996). Esta pesquisa está direcionada ao paradigma social, abordando o papel da CI diante da questão da responsabilidade social.

Nessa sociedade globalizada, a ética assume proporções nunca antes vislumbradas e torna-se a base para a responsabilidade social; que, por sua vez, apresenta-se nessa sociedade como um elemento participativo na construção de cidadãos mais ativos e conscientes de seu papel social. Neste sentido,

devemos apresentar e identificar suas características e conceitos que, por vários momentos, a responsabilidade assumiu e muitas vezes confundidas com valores morais ou com conduta humana.

Importa abordar a evolução histórica do conceito de responsabilidade social, que passou por três estágios. O primeiro, na década de 80 à 90, consistia na ideia de que a empresa tem que proporcionar lucros a qualquer preço; o segundo momento surge na década de 90 com a visão de responsabilidade social ligada ao conceito de doação (fase filantrópica), hoje bastante criticada, mas significou uma evolução, se comparado ao pensamento anterior; a concepção atual é abrangente, e preocupa-se se empresa age com ética, através de ações que proporcione mudanças culturais e sociais para seu público e com seus parceiros (CAJAZEIRA, 2006).

Poderíamos afirmar ainda que, em decorrência da terceira etapa, as empresas passaram a utilizar a responsabilidade social como marketing, atraindo clientes e fornecedores, ampliando seu raio de ação e seu lucro. Não sendo bastante, a empresa faz publicidade de agir com responsabilidade social, algumas instituições definiram as características importantes para que uma empresa fosse certificada como socialmente responsável. O uso de matéria prima limpa é uma dessas características exigidas, e o tratamento dado aos próprios parceiros dentro da organização também é considerado como um dos atributos para a empresa ser certificada.

Nesse sentido, ter uma atitude responsável social, envolve ter um desejo de proporcionar mudanças na sociedade e / ou no meio ambiente, apresentar uma postura de cidadania e um compromisso com os parceiros e todos os envolvidos, buscando sempre atender as necessidades de todos. Veloso (2006, p. 6) destaca algumas atitudes de responsabilidade social:

- preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos / stakeholders envolvidos;
- promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos;
- respeito ao meio ambiente e contribuição para a sustentabilidade em todo o mundo;

- maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governo ou isoladamente.

Por esse prisma, entendemos que a responsabilidade social envolve valores morais e tem por base atitudes éticas, que, por meio de seus princípios e valores, contribuem para a formação e o desenvolvimento de atitudes responsávelmente sociais, elevando a importância da efetiva participação das instituições no processo. Os valores morais são as crenças ou conjunto de valores que subordinam comportamentos humanos corretos ou incorretos que pautam e definem como o indivíduo age perante as situações que a vida lhe apresenta (VELOSO, 2005).

De acordo com Válquez (2010, p. 17), “os homens não só agem moralmente, mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento”, ou seja, o comportamento humano passa a ser não apenas uma atitude, mas uma reflexão da situação a qual foi exposto. No entanto, a ética apresenta-se como “um comportamento pautado por normas, ou em que consiste no fim – o bom – visado pelo comportamento moral” (VÁLQUEZ, 2010, p. 17). Assim posto, a ética consiste no comportamento do indivíduo, podendo contribuir com seus fundamentos para determinado comportamento moral, no entanto, de acordo com Sá (2009), é o entendimento das regras que direciona o ser humano.

Neste contexto, podemos concluir que a ética e os valores morais que a compõem são o alicerce da responsabilidade social, inserida em projetos desenvolvidos tanto por organizações públicas quanto por empresas privadas, embora a certificação de responsabilidade social ainda não atinja o nível de projetos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social das pessoas com deficiência ainda se constitui um desafio para a sociedade, pois envolvem questões amplas que assumem características que vão em confronto com as leis e com valores culturais. Assim, essa condição deveria ser encarada como direito, porém, muitas vezes, essas

questões são tratadas com discriminação e preconceitos.

A falta de infraestrutura, de respeito e de oportunidades compromete o direito e ir e vir, seja pela discriminação ou pela fragilidade no cumprimento das leis. Os que defendem a inclusão social das pessoas com deficiência apontam como uma questão social, e que o “problema” não está nele, mas na sociedade, pois é a mesma que constrói barreiras inclusivas.

Deste modo, a sociedade precisa repensar seu olhar para as pessoas com deficiência, considerando a igualdade de direitos para todos, encarando a diversidade como uma forma de aprendizagem contínua, e que esta, deve primar pela qualidade de vida de todos.

Vislumbra-se a possibilidade de que, através do aumento de práticas inclusivas em diversos setores, possamos modificar esta realidade, promovendo gradativamente mudanças nos valores, visando uma sociedade inclusiva.

Fica evidente a necessidade de uma transformação gradativa, em termos da identidade da própria pessoa com deficiência e da sociedade de forma geral. Mesmo diante desta realidade atual, de visões contraditórias, é evidente que vivemos em uma época marcada pela luta contra o preconceito, assim como por uma maior aceitação da deficiência, encarando como um estado da pessoa que nada diz sobre seu caráter, suas possibilidades e suas potencialidades.

Sendo assim, a Ciência da Informação, enquanto campo que estuda a informação e enquanto objeto de interação na sociedade, pode ser encarada com alto grau de flexibilidade e com forte elo, capaz de proporcionar acesso, uso das informações, em benefícios da sociedade. Além disso, esse campo de conhecimento pode proporcionar significativas transformações no ambiente social, contribuindo em maiores pesquisas sobre inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, na tentativa de que seus direitos sejam respeitados e preservados.

THE SOCIAL AND INFORMATIONAL INCLUSION POLICIES OF PEOPLE WITH DESABILITEIS IN THE PERSPECTIVE OF SOCIAL RESPONSIBILITY

Abstract

The information is associated with the factor of change in the deepest structures of society. This fact led some countries to formulate guidelines to minimize their impact on society, as well as to follow their insertion, and a study about the informational phenomenon is necessary. Such changes have led to an increase in the information inclusion / exclusion chasm, which increasingly distances people with disabilities from continuous access to information and knowledge, and to exempt them from the opportunity to participate in a learning environment that generates a process of knowledge and makes them feel included as socially involved citizens. The article has as a methodology a bibliographical review that proposes to expose the problem of the process of social inclusion / exclusion of people with disabilities, with regard to social policies and information, under the perspective of social responsibility. Therefore, this study highlights the access and use of information as a guarantee of the rights of persons with disabilities, ensuring their legitimacy as social participants. As a conclusion, it is noteworthy that society needs to rethink its view of people with disabilities, considering equal rights, facing diversity as a form of continuous learning, and that must excel for the quality of life of all.

Keywords: *Access and use of information. Information Science. Inclusion and social exclusion. Disabled people. Information Society.*

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ANDRADE, Patrícia Simas de. ; RODRIGUES Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista 2003. Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos livros verdes. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul/set. 2002.
- BRANDÃO, M. A. et. al. Inclusão digital educação para competência informacional: uma questão de ética e cidadania, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./ abr. 2005.
- CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. In: A incorporação da responsabilidade social na gestão. **Revistas Gerenciais**, n. especial, v. 5, p. 13-20, 2006 (Entrevista).
- CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica**: teoria e pratica. Rio de Janeiro: Axcel, 2004.
- DU MONT, Rosemary Ruhig. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, v. 40, n. 2, p. 201-215, Fall 1991.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- FERREIRA, J.R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: _____. **Inclusão E Educação** - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (org.). São Paulo: Editora Summus, 2006.
- GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UNB, 2012.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- NASCIMENTO, Deise Santos do. **Exclusão informacional e exclusão social**: o caso da comunidade Santa Clara em João Pessoa-PB. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 64-79, set./dez. 2009.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan. /jun. 1996.
- SILVA, Alba Lígia de Almeida. A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o(a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR: Bahia, 2002.

VÁLQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VELOSO, Leticia Helena Medeiros. Ética, valores e cultura: especificidades do conceito de responsabilidade corporativa. In: ASHELY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 2-16.

WERSIG, G; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.